

Coleção Soluções de Direito Administrativo

LEIS COMENTADAS

SÉRIE I — Administração Pública

ENEIDA DESIREE SALGADO

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Lei 12.527/2011

COORDENAÇÃO

Irene Patrícia Nohara

Fabício Motta

Marco Praxedes

VOLUME

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Diretor de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Salgado, Eneida Desiree

Lei de Acesso à Informação : Lei 12.527/2011 / Eneida Desiree Salgado. -- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. -- (Coleção soluções de direito administrativo : Leis comentadas. Série I : administração pública / coordenadores Irene Patrícia Nohara, Fabrício Motta, Marco Praxedes)

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-952-0

ISBN da Coleção 978-65-5065-009-4

1. Direito à informação - Brasil 2. Direito constitucional - Brasil 3. Direitos fundamentais - Brasil I. Nohara, Irene Patrícia. II. Motta, Fabrício. III. Praxedes, Marco. IV. Título. V. Série.

19-30600

CDU-342.7(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Lei de Acesso à Informação : Leis comentadas : Brasil : Direito constitucional 342.7(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	7
SOBRE OS COORDENADORES	9
SOBRE A AUTORA	11
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	13
A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA SAGA	23
1. O fundamento constitucional do direito de acesso à informação e sua concretização	25
2. Os antecedentes da Lei de Acesso à Informação e projetos paralelos.....	32
3. Os projetos, o processo legislativo e a promulgação da Lei de Acesso à Informação.....	44

COMENTÁRIOS À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Capítulo I – Disposições Gerais	63
ART. 1º	63
Aplicabilidade da Lei	63
1. A aplicação da lei nos entes federados.....	64
2. A aplicação da lei a todos os órgãos de soberania.....	80
3. Aplicabilidade da Lei às Cortes de Contas, ao Ministério Público e às Defensorias Públicas	83
4. Aplicabilidade da Lei à Administração Indireta.....	85

ART. 2º	91
Aplicabilidade da Lei às Entidades Privadas	92
ART. 3º	105
Diretrizes para a Aplicação da Lei	105
ART. 4º	112
Definições Legais.....	113
ART. 5º	119
Compreensibilidade da Informação e Presteza em seu Fornecimento	119
Capítulo II – Do Acesso a Informações e da sua divulgação	120
ART. 6º	120
Deveres do Poder Público.....	121
ART. 7º	123
Conteúdo do Direito de Acesso à Informação.....	124
ART. 8º	128
Transparência Ativa	129
ART. 9º	136
Meios para Assegurar o Acesso à Informação	136
Capítulo III – Do Procedimento de Acesso à Informação	138
Seção I – Do pedido de acesso	138
ART. 10.....	138
Especificação do Pedido e Inexigibilidade de Motivação.....	139
ART. 11.....	144
Prazos e meios para o fornecimento da informação.....	145
ART. 12.....	148
Gratuidade do Serviço de Acesso à Informação	148
ART. 13.....	149
Documentos Frágeis	149

ART. 14.....	150
Acesso a Decisão de Negativa de Acesso	150
Seção II – Dos recursos.....	151
ART. 15.....	151
Prazos de Recurso	152
ART. 16.....	155
Recurso à CGU e à CMRI.....	155
ART. 17.....	162
Recurso de Pedido de Desclassificação de Informação	162
ART. 18.....	163
Previsão de Regulamentação no Âmbito dos Outros Poderes	163
ART. 19.....	166
Controle das decisões negativas de acesso à informação	167
ART. 20.....	168
Aplicação Subsidiária da Lei de Processo Administrativo	169
Capítulo IV – Das Restrições de Acesso à Informação	169
Seção I – Disposições gerais.....	169
ART. 21.....	169
Tutela de Direitos Fundamentais e Violação de Direitos Humanos	169
ART. 22.....	173
Proteção às Hipóteses de Sigilo, ao Segredo de Justiça e ao Segredo Industrial.....	174
1. Hipóteses de sigilo previstas em outras normas.....	174
2. Hipóteses de segredo de justiça	178
3. Hipóteses de segredo industrial.....	182
Seção II – Da classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo.....	184
ART. 23.....	184
Casos de Restrição ao Acesso à Informação	185

ART. 24.....	188
Graus e Prazos de Classificação da Informação	188
Seção III – Da proteção e do controle de informações sigilosas	193
ART. 25.....	193
Proteção das Informações Sigilosas.....	194
ART. 26.....	217
Garantia do Sigilo no Tratamento das Informações	217
Seção IV – Dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação ...	218
ART. 27.....	218
Competência para Classificação de Informações	218
ART. 28.....	221
Elementos da Decisão de Classificação.....	221
ART. 29.....	224
Reavaliação de Classificação.....	224
ART. 30.....	226
Controle sobre as Informações Classificadas e Desclassificadas.....	226
Seção V – Das informações pessoais	228
ART. 31.....	228
Informações Pessoais	229
Capítulo V – Das Responsabilidades.....	239
ART. 32.....	239
Condutas Ilícitas e Punições Referentes a Agentes Públicos	239
ART. 33.....	242
Responsabilidades de Particulares	243
ART. 34.....	245
Responsabilidade pelos Danos.....	245
Capítulo VI – Disposições Finais e Transitórias	247
ART. 35.....	247
Comissão Mista de Reavaliação de Informações.....	247

ART. 36.....	251
Informações Decorrentes de Atos Internacionais	251
ART. 37.....	251
Núcleo de Segurança e Credenciamento	252
ART. 38.....	254
Aplicação Subsidiária da Lei do <i>Habeas Data</i>	254
ART. 39.....	255
Reavaliação das Informações já Classificadas	255
ART. 40.....	256
Monitoramento da Aplicação da Lei	256
ART. 41.....	258
Órgão de Concretização do Acesso à Informação.....	258
ART. 42.....	259
Prazo para a Regulamentação	259
ART. 43.....	259
Alteração de Inciso no Estatuto do Servidor Público	259
ART. 44.....	260
Acréscimo de Artigo no Estatuto do Servidor Público	260
ART. 45.....	261
Legislação dos Demais Entes Federados.....	261
ART. 46.....	261
Revogação de Dispositivos Contrários.....	261
ART. 47.....	262
<i>Vacatio Legis</i>	262
REFERÊNCIAS.....	265
LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	269
DECRETO 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012.....	283